
O “AGRIBUSINESS” BRASILEIRO E AS MACROTENDÊNCIAS MUNDIAIS

Carlos Nayro Coelho⁽¹⁾

1. Antecedentes

Quando o mundo se prepara para entrar no século XXI, no próximo ano, é importante verificar como algumas macrotendências econômicas, sociais e ambientais, em nível mundial, podem afetar o “agribusiness” brasileiro.

Em termos de evolução da sociedade, resalte-se que as últimas décadas foram notáveis no sentido de sepultar velhas idéias e teorias acerca do desenvolvimento econômico das nações, e a década de noventa, particularmente importante no sentido de definir as tendências que sem dúvida dominarão o processo de formulação de políticas macroeconômicas nos anos vindouros, com reflexos poderosos em todo o “agribusiness”.

Nos três campos mencionados estão praticamente cristalizadas as seguintes tendências: redução do nível de intervenção do Estado na economia, integração cada vez maior dos mercados mundiais e maior peso das variáveis sociais e ambientais no cálculo econômico.

Com relação ao primeiro aspecto, como se sabe, os fundamentos teóricos por trás dos mecanismos de intervenção do Estado na atividade econômica têm duas variantes. A primeira, que constitui a essência do pensamento de Keynes, defende um envolvimento maior do Estado na economia, por meio do aumento nos gastos públicos, para

evitar as fases depressivas dos ciclos econômicos, provocadas pelo subconsumo e pelo excesso de poupança.

A segunda, com uma carga ideológica tipicamente terceiro-mundista, defende a tese de que um Estado ativo e empreendedor é a forma ideal de preservar a riqueza nacional contra a exploração predatória do capital internacional, garantir a segurança nacional e, acima de tudo, fomentar o progresso econômico.

Em seu livro *The Work of Nations*, Robert Reich observou que “na vida de uma nação, poucas coisas são mais perigosas de que uma boa solução para o problema errado”. Isso parece ter sido o caso da febre de estatização que dominou a maioria das economias no século XX.

As experiências de desenvolvimento postas em prática nesse século, se por um lado representaram e ainda representam enormes doses de sacrifício para grande parte da população mundial, por outro, serviram claramente para reduzir as expectativas com relação ao papel do Estado na atividade econômica.

O fracasso das economias socialistas, do qual a grave crise vivida atualmente pela Rússia é a síntese, os

problemas que ainda hoje afligem economias, em que o Estado controlava uma vasta gama de atividades, como o Brasil e a Argentina, e a própria crise dos países asiáticos, cujo modelo econômico (conhecido como “crony capitalism”) é baseado na participação intensa do setor público no planejamento e financiamento da atividade econômica, mostraram que a presença do Estado na economia cria novos problemas sem resolver os antigos. E que a dinâmica keynesiana é assimétrica, isto é, funciona bem no combate à recessão e ao desemprego, mas deixa muito desejar no combate à inflação.

Na agricultura, o processo de intervenção do Estado, em nível global, talvez tenha ocorrido de forma mais ampla e persistente do que em outros setores, porque ocorreu em larga escala, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. Nos primeiros, na forma de transferências ou subsídios para proteger o setor contra oscilações nos preços, renda, geralmente dentro da ótica da segurança alimentar. Nos demais via taxação, confisco cambial etc., para extrair os excedentes necessários ao financiamento do processo de industrialização.

Entre os estudiosos dos problemas agrícolas, existe uma quase unanimidade de que, em nível mundial, tanto os produtores agrícolas como os consumidores foram prejudicados com o excesso de intervenção. A conclusão básica é que o excesso de intervenção prejudicou o esforço global de desenvolvimento, trazendo crescentes doses de sacrifícios para as populações envolvidas e provocando uma redução considerável no nível de consumo de alimentos em função da manutenção de preços artificialmente elevados nos mercados domésticos.

Na União Européia, por exemplo, os contribuintes eram obrigados a

(1) PhD em Economia pela Universidade de Missouri-Columbia(EUA) e Pesquisador da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.
E-mail: nayro@agricultura.gov.br

pagar a conta dos subsídios às exportações, o valor das transferências internas para os produtores, o alto custo de manutenção dos estoques retirados do mercado para sustentar preços e, como consumidores, comprar alimentos a preços muito acima da paridade internacional.

Dessa forma, a primeira **macro-tendência** para os próximos anos é uma redução ainda maior da presença do Estado nas relações econômicas e a consolidação de um modelo de economia mais orientado para o mercado.

Antes de entrar na discussão das demais, é importante dar uma rápida visão do potencial, da importância e da evolução do “agribusiness” nacional, para situá-lo melhor no contexto mundial e para facilitar a definição de estratégias para o futuro.

2. A Importância e o Potencial do “Agribusiness” Brasileiro

O “agribusiness”, ou agronegócio - em português, envolve as atividades de produção agrícola propriamente dita (lavouras, pecuária, extração vegetal), aquelas ligadas ao fornecimento de insumos nas ligações para trás (“backward linkages”), as relacionadas com o processo agroindustrial e as que dão suporte ao fluxo de produtos até a mesa do consumidor final, nas ligações para a frente (“forward linkages”).

Nesse sentido, no suporte à produção vinculam-se com o setor agrícola as indústrias de fertilizantes, defen-

sivos, máquinas e equipamentos agrícolas, financiamentos (crédito rural para investimento e custeio), pesquisa agropecuária e os transportes desses insumos. Na fase de distribuição e processamento vinculam-se os transportadores dos produtos agrícolas, a agroindústria, os agentes financeiros que apoiam a comercialização, os armazenadores e o comércio (atacado e varejo), neste último encaixando-se inclusive o importante subsetor de alimentação comercial (restaurantes, lanchonetes, bares etc.).

Esse conceito de “agribusiness” tem implicações profundas na organização econômica das nações, particularmente do Brasil, pois mostra a dimensão estratégica da agricultura. Dentro desse conceito, o setor agrícola não é visto como uma atividade estanque, cujo valor adicionado representa apenas uma pequena parcela do Produto Interno Bruto (PIB), que decresce com o desenvolvimento econômico.

Nele, o setor agrícola é visto como o centro dinâmico de um conjunto de atividades que presentemente representa mais ou menos 35% do PIB total do País (Quadro 1) e é responsável pelo emprego da maior parte da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil.

No período 1989/98, em dólar real, o PIB total do Brasil cresceu 16,6% e o PIB agrícola apresentou o índice de crescimento de 27,6%. O PIB industrial cresceu 40,9% e o de serviços cresceu apenas 2,1%. A explicação é que o setor industrial permaneceu estagnado ou com crescimento negativo por toda a década de 80 e partiu, portanto, de uma pequena base no início dos anos 90.

Estima-se que só a produção agrícola propriamente dita emprega mais de 18,2 milhões de pessoas (26% da PEA). Alguns estudos sugerem que para cada ocupação na produção agrícola corresponde uma ocupação no restante do “agribusiness”⁽²⁾, o que significa que no “agribusiness” são empregadas mais de 36,4 milhões de pessoas ou 52% da PEA.

Embora não se disponha de dados precisos, tudo indica que essas estatísticas são bastante conservadoras, considerando que o PIB da Agricultura é de US\$ 81,4 bilhões (1998) e o do resto do “agribusiness”, onde existem várias atividades intensivas de trabalho (como transportes, restaurantes, mercearias, feiras, açougues, padarias e o próprio supermercado) chega a mais de US\$ 200 bilhões.

Além disso, pode-se argumentar que médias e pequenas cidades vivem em função das atividades agrícolas, que delas extraem a renda e os empregos de suas populações. Suas pequenas e médias indústrias são, via de regra, transformadoras e processadoras de produtos agrícolas; as demais indústrias, quando existentes (cerâmicas, materiais de transportes, movelarias etc.), produzem para uma população que ali se encontra em decorrência das atividades agrícolas; o comércio, da mesma forma, ou intermedia produtos originários da agricultura ou bens para abastecer pessoas que ali se encontram também em função da agricultura; finalmente, os serviços - públicos e privados - existem para satisfazer uma demanda que se originou da renda direta da agricultura ou das atividades dela derivadas.

O desenvolvimento do

Quadro 1
Produto Interno Bruto por Setores
US\$ Bilhões⁽¹⁾

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1998	1998
PIB TOTAL	689.353	660.933	662.916	657.655	685.277	726.393	756.902	779.380	802.995	804.199
Agropecuária	63.871	65.472	66.651	70.834	73.064	88.357	76.452	80.868	81.119	81.411
Industria	216.756	235.930	222.176	222.700	223.073	224.107	288.451	305.039	308.486	305.463
Serviços	408.726	359.531	374.089	364.121	389.141	413.929	371.911	393.472	414.248	417.355
Agropecuário/PIB	9,27%	9,91%	10,05%	10,77%	10,66%	12,16%	10,10%	10,38%	10,10%	10,12

Fonte: IBGE/BACEN

(1) A preços correntes (1998)

“agribusiness” no Brasil, como era de se esperar, acompanhou o desenvolvimento da produção de grãos, iniciado em larga escala a partir de meados da década de sessenta. Antes, a economia agrícola brasileira era caracterizada pelo predomínio do café e pela pouca importância que se dava ao projeto de se utilizar a imensa base territorial brasileira na produção de grãos. A produção de alimentos básicos, como milho, arroz e feijão era voltada para a subsistência e realizada de forma rudimentar, sem as “backward linkages”, e os poucos excedentes dirigidos eram insuficientes para formar uma forte cadeia de “agribusiness” com as “forward linkages” conhecidas hoje.

Na realidade, durante muitos anos, a obsessão pela industrialização pura inibiu a diversificação e expansão das exportações agrícolas, aumentou mais ainda a dependência no café (e, em menor escala, no açúcar) para a geração de divisas e tolheu o desenvolvimento do “agribusiness” no País, como ocorreu em outras nações com forte vocação agrícola, como a Austrália, Nova Zelândia, França e Estados Unidos.

O grande crescimento da produção de grãos (principalmente da soja) foi a força motriz no processo de transformação da agricultura brasileira e, portanto, de expansão e fortalecimento do “agribusiness”. Entre 1965 e 1998 a produção de grãos passou de 25,10 milhões de toneladas para 79,8 milhões de toneladas, um crescimento de 216%. O melhor desempenho ficou por conta da soja, cuja produção em 1965 era praticamente inexistente, em 1970, atin-

giu mais de 5 milhões de toneladas; em 1980, passou para 15,16 milhões e, em 1998, para 30,9 milhões.

Quanto aos demais grãos, cabe ressaltar que, até recentemente, o trigo estava sujeito a forte intervenção governamental. Por muito tempo, os incentivos dados ao trigo foram tão elevados que, no início, a notável expansão da soja foi um efeito direto (e, de certa forma, inesperado) da produção de trigo, devido ao sistema de rotação entre as duas culturas (“double cropping”). Entre 1965 e 1980, a produção passou de 580 mil toneladas para 2,70 milhões de toneladas (365% de acréscimo). Após atingir mais de 6 milhões de toneladas em meados dos anos oitenta, decresceu para apenas 2,87 milhões em 1997.

Dos chamados produtos de consumo interno, apenas o milho apresentou um desempenho razoável, com nítida tendência de crescimento. A produção evoluiu de 12,11 milhões de toneladas em 1965, para 32,5 milhões em 1998 (168,4% de aumento).

Os efeitos dinâmicos da produção de grãos foram logo sentidos em toda a economia. Inicialmente surgiu, gradativamente, um imenso parque industrial para o esmagamento da soja e outros grãos, para a extração do óleo e do farelo. A disponibilidade de grande quantidade de farelo de soja e milho permitiu o desenvolvimento de uma moderna e sofisticada estrutura para a produção de suínos, aves e leite, bem como a instalação de grandes frigoríficos fábricas para a sua industrialização. Foi criado também um sistema eficien-

te de suprimento de insumos modernos (fertilizantes, defensivos, maquinários agrícolas etc.) e um sistema de distribuição que inclui desde as grandes cadeias de supermercados até os pequenos varejistas locais.

Embora a produção de grãos em larga escala tenha sido o carro chefe, outros setores da agricultura tiveram também um papel importante na expansão e fortalecimento do agronegócio nacional. Entre eles pode-se destacar a pecuária bovina tradicional, a produção de açúcar e álcool, a produção de suco de laranja, a produção de frutas e legumes. A produção de couros e peles, permitiu o surgimento de um sofisticado parque industrial para a fabricação de sapatos, bolsas e outros artefatos de couro.

Em termos de potencial produtivo da agricultura brasileira na área cultivável, os números são surpreendentes.

A área total do território brasileiro corresponde, aproximadamente a 851 milhões de hectares. Dessa área, 700 milhões são ocupados da seguinte forma: floresta amazônica (350 milhões), pastagens (220 milhões), reflorestamento (5 milhões), centros urbanos, estradas, lagos e pântanos (20 milhões) e reservas legais (55 milhões) e lavouras 50 milhões. Desses, 36 milhões correspondem à área cultivada com grãos (Quadro 2).

Os 151 milhões restantes estão na região dos cerrados, cuja área total atinge mais de 200 milhões de hectares (24% do território nacional), equivalente

Quadro 2
Área Disponível para a Produção Agrícola

1. Área Total do Brasil -----	850.000.000 ha
2. Cerrados -----	200.000.000 ha
3. Outras -----	650.000.000 ha
4. Áreas Ocupadas, Reservas e Florestas Naturais	700.000.000 ha
Floresta Amazônica -----	350.000.000 ha
Lavouras Perenes -----	9.000.000 ha
Lavouras Temporárias (ciclo anual)-----	41.000.000 ha
Pastagens Naturais e Plantadas-----	220.000.000 ha
Reflorestamento-----	5.000.000 ha
Centros Urbanos, Estradas, Lagos, Pântanos -----	20.000.000 ha
Reservas Legais-----	55.000.000 ha
5. Áreas Agrícolas Ainda não Utilizadas -----	150.000.000 ha
Apropriadas Para Grãos nos cerrados-----	90.000.000 ha
Aptas para Outras Atividades Agrícolas-----	30.000.000 ha
Reservas-----	30.000.000 ha

à metade da área total do México, localizada nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia, Pará, Rondônia, Roraima, São Paulo e no Distrito Federal.

Da área total dos cerrados, 137 milhões de hectares são terras com potencial agrícola, dos quais apenas 47 milhões são atualmente ocupados (35 milhões com pastagem plantada, 10 milhões com culturas anuais e 2 milhões com culturas perenes e reflorestamento).

O Brasil dispõe de 90 milhões de hectares agricultáveis nos cerrados, ainda virgens e por serem explorados, que representam um potencial para aumentar em nove vezes a produção de soja e milho (mais de 230 milhões de toneladas de soja e 320 milhões de toneladas de milho). Dentro de uma perspectiva internacional, essa área corresponde a quase toda a toda a área cultivada com milho, soja e trigo, nos EUA, e a toda a área cultivada com arroz, milho, trigo e soja, na China.

3. A Segunda Macrotendência: Maior Integração dos Mercados Mundiais

Os grandes avanços nas áreas de transportes, comunicações e informática e a derrocada das economias socialistas fechadas da ex-União Soviética e do leste europeu já vinham al-

terando a configuração das relações econômicas mundiais, no processo da globalização. Com a assinatura dos acordos da Rodada Uruguai, esse processo adquiriu um novo ímpeto, e, atualmente, de uma forma ou de outra, todos os países do mundo estão sendo afetados pela crescente liberalização dos mercados e pelo que isso representa em termos de aumento no fluxo mundial de bens e serviços e no movimento internacional de capitais.

A Rodada Uruguai pode ser considerada a mais ampla e mais ambiciosa negociação multilateral já ocorrida no mundo. A consolidação de todos os tipos de barreiras protecionistas em equivalentes tarifários (com um cronograma de redução), a criação de normas bem definidas para manter as relações comerciais entre os países, livres de práticas distorcivas, e principalmente a definição de se realizar novas rodadas de negociações para reduzir mais ainda as barreiras alfandegárias irão trazer grandes mudanças na estrutura e organização do comércio mundial de bens e serviços.

Talvez pela primeira vez na história esteja surgindo um sistema de comércio mundial cada vez mais distante dos princípios mercantilistas que dominaram as políticas de comércio exterior da maioria dos países nas últimas décadas e cada vez mais próximo dos ideais clássicos de Adam Smith e

Ricardo.

Apesar dos resultados serem ainda bastante tímidos com relação ao que pode ser alcançado no futuro, principalmente no comércio agrícola, os avanços são remarcáveis. Observando-se, o comércio dos países membros do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da FAO, nos quatro anos logo após a assinatura dos acordos da OMC (1993/1997) quando o efeito sinérgico da Rodada foi mais concentrado (antes dos efeitos da crise financeira internacional), o valor global das exportações cresceu 41,5% (US\$1,56 trilhões) comparado com o crescimento de apenas 12,9% (US\$ 428 bilhões) nos quatro anos imediatamente anteriores (1990/1993).

Como no comércio agrícola as regras restritivas ao comércio eram mais pesadas e mais complexas, os avanços conseguidos na Rodada em termos de redução das barreiras alfandegárias tiveram também um impacto significativo.

O quadro 3 mostra que, entre 1990 e 1993, as exportações agrícolas mundiais cresceram apenas 3,9%, passando de US\$ 326,2 bilhões para US\$ 339,0 bilhões. Após a assinatura dos acordos em final de 1993, aumentaram 34,3%, atingindo US\$ 455,5 bilhões em 1997.

Individualmente, no período

Quadro 3
Exportações Agrícolas Mundiais: Principais Produtos

US\$ bilhões

PRODUTOS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Comp. Leite	19,6	20,3	23,7	22,7	23,1	27,8	27,6	26,4	26,1
Tabaco	18,3	19,5	21,6	19,6	21,5	22,3	25,8	25,5	24,1
Frutas ¹	14,1	16,0	16,2	15,6	18,1	20,4	21,6	21,7	21,6
Comp. Soja	13,0	13,2	14,2	14,5	14,9	16,1	20,5	24,1	21,5
Trigo	17,7	16,1	19,0	16,5	15,3	17,4	19,8	17,7	15,1
Carne Suína	11,6	12,0	13,0	11,3	13,2	15,0	17,0	15,5	16,4
Carne Bovina	14,5	15,7	16,9	15,6	16,7	17,2	14,5	18,3	14,7
Açúcar	13,6	10,5	10,0	8,9	10,0	11,2	12,9	12,8	11,9
Milho	9,8	8,9	9,8	8,7	8,5	9,3	12,7	10,2	9,1
C. de Frango	3,7	4,1	4,7	5,0	5,1	7,3	8,8	8,1	8,2
Café	7,7	7,6	6,2	6,7	12,0	9,2	10,5	13,1	12,1
Algodão(fibra)	8,4	7,8	7,5	5,9	8,4	10,8	10,1	9,1	8,2
Vinho	8,5	8,5	8,9	8,0	8,9	9,3	11,5	12,4	13,9
Comp. Cacau	8,3	8,2	8,9	9,2	10,9	12,6	13,6	12,8	13,0
Couros	6,7	5,2	5,4	5,1	6,5	7,1	7,6	7,4	6,3
Arroz	4,1	4,3	5,3	5,0	6,0	5,8	7,1	6,9	9,9
Óleo de Palma	2,5	2,8	3,2	3,5	5,2	7,1	5,7	6,6	6,4
Outros	144,1	148,4	163,5	157,2	183,9	216,6	218,2	210,1	199,5
Total	326,2	329,4	358,0	339,0	388,2	442,5	465,5	455,5	437,9

FONTE: FAO

Dados Preliminares

(1) Inclui laranja, tangerina, mexerica, limão, lima, outras frutas cítricas, banana, uvas, passas, coco seco e castanha, pêra, pêssego e abacaxi.

1990/1993, o maior crescimento foi verificado no óleo de palma, cujas exportações cresceram 40% (passaram de US\$ 2,5 para US\$ 3,5 bilhões). Em segundo lugar vem a carne de frango, com 35%. Em terceiro lugar vem o arroz, com 21,9%. Em quarto lugar vem o complexo leite, com 15,8%. As exportações do complexo soja vêm em seguida: no período, cresceram 11,1% (passaram de US\$ 13,0 bilhões para US\$ 14,5 bilhões), devido principalmente ao crescimento do consumo de óleos vegetais e da produção de carnes nos países asiáticos. Em seguida vem o cacau (10,8%), frutas (10,6%) e vinho (9,4%). Os demais produtos permaneceram estagnados.

Como pôde ser observado, nos grandes complexos do “agribusiness”, o crescimento significativo nas exportações ocorreu a partir de 1993. No caso da soja, por exemplo, entre este ano e 1997 a taxa foi de 39,1%. Da mesma forma no complexo frutas – que, como foi visto, o aumento entre 1990 e 1993 foi de apenas 9,1% – entre esse ano e 1997, o aumento foi de 55%; no vinho, o crescimento foi de 55%; no algodão, 54,2%; no óleo de palma, 54,2%; no açúcar, 43,8%; na carne suína, 37,1% e no cacau, 39,1%. Mesmo o milho “in natura” cresceu 17,2%.

No caso do café, a elevada taxa de crescimento observada entre 1993 e 1997 (95,5%) foi em grande parte devido à grande elevação de preços ocorrida em 1997. Em termos de carne bovina a grande limitação à expansão em larga escala do consumo mundial (e, portanto, do comércio) são os elevados preços relativos, causados principalmente por grandes restrições sanitárias ainda existentes nos países industrializados.

A composição do comércio agrícola também sofreu alterações nas últimas décadas. O gráfico 1 mostra como esse aspecto se comportou entre 1972 e 1998, considerando os produtos processados e “in natura”.

Em 1972, a participação do produtos processados, com maior valor agregado, foi de 58% do volume total de US\$ 65 bilhões. Nos dez anos se-

guintes, em que o comércio mundial de commodities praticamente triplicou (em 1982 chegou a US\$ 201 bilhões) essa participação cresceu cinco pontos percentuais. Em 1997, quando as exportações mundiais atingiram US\$ 480,8 bilhões, os produtos agrícolas processados representaram mais 71% do volume total.

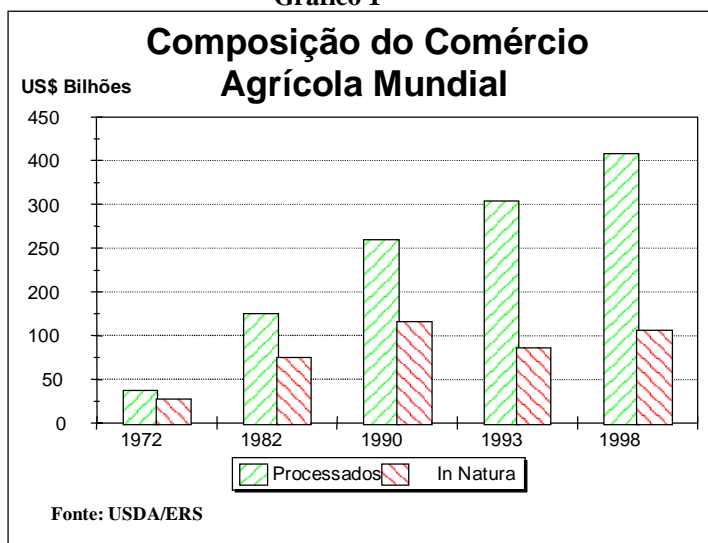
No comércio mundial de produtos agrícolas (Quadro 4), os EUA são, de longe, os maiores exportadores. Em 1996, chegaram a exportar US\$ 66,3 bilhões (14,2% do total) e, em 1998,

US\$ 57,4 bilhões (13,1% do total).

Em seguida vem a França, com US\$ 38,4 bilhões em 1998, e os Países Baixos, US\$ 30,2 bilhões, devido a sua posição de entreposto da Europa. O Brasil, que chegou a alcançar o sexto lugar em 1997, com US\$ 16,0 bilhões, em 1998 foi ultrapassado pela Itália e contribuiu com apenas 3,47% das exportações agrícolas mundiais.

Vale destacar que, com seu imenso potencial agrícola, o País tem condições técnicas de aproveitar a ten-

Gráfico 1



Quadro 4
Principais Exportadores de Produtos Agrícolas
US\$ bilhões

Países	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Eua	45,2	44,6	48,2	47,7	52,3	62,3	66,3	62,5	57,4
França	33,4	32,7	36,2	33,3	34,7	40,7	40,4	38,5	38,2
P.Baixos	30,9	30,9	33,7	29,3	35,8	36,9	37,3	32,1	30,2
Alemanha	20,3	21,9	24,1	21,3	23,0	24,7	26,5	24,6	25,3
R.Unido	12,7	13,5	15,1	13,1	12,9	14,6	15,4	17,4	16,5
Itália	11,1	11,9	13,0	11,9	13,1	14,7	16,9	15,7	16,0
Brasil	8,8	8,0	9,1	9,7	12,6	13,4	14,3	16,0	15,2
Espanha	7,8	8,9	9,5	9,7	10,9	13,2	15,0	15,1	14,8
Austrália	11,7	10,4	11,0	11,1	11,9	12,7	16,1	16,9	14,3
Argentina	7,0	7,1	7,1	6,7	7,8	10,1	9,8	12,3	12,4
China	10,2	11,6	12,0	12,1	12,3	14,3	14,1	13,4	12,2
Dinamarca	8,2	8,5	9,1	8,2	8,9	9,8	10,4	10,4	9,7
Malásia	4,4	4,4	4,9	5,0	6,6	8,2	7,8	7,3	7,7
Tailândia	5,4	5,8	6,7	6,0	7,1	9,0	9,5	7,7	7,3
N.Zelândia	4,7	4,7	5,1	4,9	5,4	6,1	6,6	7,0	5,7
Hong Kong	3,6	4,3	4,8	4,6	5,4	5,7	6,2	5,6	4,7
Outros	101,1	100,2	105,2	101,2	117,5	216,6	218,2	210,1	199,5
Total	326,4	329,3	354,8	335,8	380,3	442,5	465,5	455,5	437,9

FONTE: FAO

ELABORAÇÃO: DEPLAN/SPA/MA.

dência cada vez mais forte de liberalização do comércio mundial, aumentando significativamente as exportações agrícolas e firmando novas posições no mercado internacional, para tornar-se em um prazo relativamente curto o segundo maior bloco exportador de produtos agrícolas do mundo, logo depois dos Estados Unidos.

Os fatores decisivos são escassa e eficiência. Como será visto em seguida, o Brasil tem condições de operar em larga escala no “agribusiness” internacional, pois é o único país no mundo, com uma infra-estrutura razoável, que dispõe em abundância do fator de produção mais escasso em escala mundial: terra agricultável. É preciso que se busque o máximo de eficiência em todos os elos da cadeia produtiva, que o Setor Público crie um ambiente econômico favorável para que o “agribusiness” nacional possa operar com segurança e competitividade na conquista de novos mercados e que as distorções que ainda afetam o comércio internacional sejam minimizadas.

A criação desse ambiente econômico favorável, envolve basicamente a rápida modernização da infra-estrutura (sistema viário e portos), mudança na estrutura tributária e nas leis trabalhistas.

Os problemas de infra-estrutura estão sendo resolvidos através da privatização da malha ferroviária e de projetos para a utilização das hidrovias e da privatização dos portos. No entanto, dada a rapidez e a forma com que os fatos que afetam o comércio exterior estão acontecendo, e a importância que a logística tem nos custos de transação dos produtos brasileiros (notadamente agrícolas), o processo está sendo conduzido de forma ainda lenta. Para dar uma idéia do peso da infra-estrutura, basta dizer que o custo para se embarcar uma tonelada de soja em Nova Orleans é apenas 25% do custo do embarque do mesmo produto no porto de Paranaguá e o custo para se transportar esse produto entre as regiões produtoras dos EUA e o porto de embarque (média de 2000km) por hidrovias é de apenas US\$ 16,00 a tonelada, enquanto no Brasil chega a US\$ 80,00/t.

Na área tributária, a eliminação do ICMS nas exportações, sem dú-

vida, foi um passo positivo para melhorar a posição competitiva dos produtos brasileiros. Na realidade, até o momento, foi o único fato efetivamente relevante nesse sentido.

São também conhecidos os problemas e os entraves causados pela legislação que regula as relações de trabalho, antiquada, complexa e paternalista. No Brasil, a legislação trabalhista é o maior fator de estímulo à proliferação da economia informal em nível nacional e talvez um dos mais importantes fatores de entrave ao crescimento e modernização da economia brasileira e, portanto, do nível de emprego e das exportações. Na China, apesar do regime socialista, uma ampla reforma das leis trabalhistas foi parte da estratégia de implantação do novo modelo de desenvolvimento chinês. Portanto, para melhorar a competitividade dos produtos brasileiros e atrair investimentos diretos em áreas voltadas para o comércio exterior é necessário considerar uma profunda reforma das leis trabalhistas.

Na área externa, as medidas podem ser divididas em duas categorias. A primeira envolve a implantação de um eficiente sistema de promoção comercial e a segunda, de uma diplomacia comercial mais dinâmica e agressiva.

O sistema de promoção comercial já é utilizado em larga escala pelos grandes exportadores mundiais e envolve duas variantes: financiamento das exportações e “marketing”. Na primeira, o papel do governo brasileiro seria criar mecanismos apropriados de financiamento às exportações, considerando a mesma sistemática adotada pelos outros países exportadores. Nas exportações agrícolas, devido às características cíclicas da agricultura e ao elevado grau de competitividade dos mercados agrícolas, esses mecanismos são cruciais. Na segunda (“marketing”), a política envolveria, em primeiro lugar, a alocação de recursos destinados exclusivamente à promoção dos produtos brasileiros no exterior, com base em dois objetivos: ampliação dos mercados tradicionais e criação de novos mercados.

A outra categoria envolve o estabelecimento de uma diplomacia comercial mais agressiva, atuando concretamente para eliminar as barreiras comerciais existentes contra produtos agrícolas brasileiros em alguns países.

É verdade que as novas regras de liberalização não atingiram, com a intensidade desejável, os produtos do “agribusiness”, que são a base de sustentação das exportações da maioria dos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil.

Todavia, o fraco desempenho das exportações totais do País deve-se também à morosidade com que estão sendo atacados os principais entraves às exportações, conhecidos como “Custo Brasil”, notadamente no tocante à infra-estrutura, e no próprio desenvolvimento de uma cultura exportadora compatível com a posição da economia brasileira no contexto internacional.

Como resultado, entre 1994 e 1998, as importações cresceram 73,7% e as exportações, apenas 17,8%. Com isso, o País, que tem a oitava economia do mundo e um PIB de US\$ 820 bilhões, obtido em 1998, passou a ocupar o 25º lugar na lista dos maiores exportadores mundiais, bem abaixo de países como o México que, apesar de ter um PIB bem inferior ao brasileiro, exportou mais de US\$ 110 bilhões em 1998 (nesse ano o Brasil exportou US\$ 51,1 bilhões).

Com, isso, o Brasil passou a apresentar a menor relação Exportação/PIB (em torno de 6%) e o único a não manter uma relação direta entre a posição do PIB e a posição nas exportações. Os EUA, por exemplo, que tem o maior PIB do mundo, também tem o maior volume de exportações. O Japão, com o segundo maior PIB, tem obtido o segundo maior volume de exportações. O mesmo acontece, com pequenas variações, com a Alemanha, França e demais países importantes.

No momento, como foi dito, é vital que o Brasil formule uma estratégia de longo alcance, que considere todos os aspectos discutidos antes, e que não seja excessivamente centrada em negociações diplomático-comerciais. Existe um amplo leque de alternativas, ainda pouco explorado pelo governo e pelos empresários brasileiros na área externa,

como o uso em escala compatível com o tamanho da economia brasileira dos modernos mecanismos de promoção comercial. Na área doméstica, não custa repetir a necessidade urgente de eliminar rapidamente os entraves existentes na infra-estrutura e na burocracia. Segundo informações colhidas na imprensa, em uma operação normal de exportação são exigidos mais de uma dezena de documentos oficiais. Nos EUA exige-se apenas um.

O Brasil tem condições de tirar proveito imediato da expansão mundial da demanda de alimentos, principalmente de alimentos com elasticidade-renda elevada. Como se sabe, essa expansão vem ocorrendo principalmente em função do efeito-preço, que surgiu em função de um certo grau de liberalização obtido na Rodada Uruguai em algumas áreas como lácteos, bebidas, frutas e carnes em grandes mercados (como a União Européia e o Japão), antes dominados por rígidos esquemas protecionistas, e do efeito-renda, ampliado em função do elevado índice de crescimento econômico de alguns países em desenvolvimento, principalmente os asiáticos.

Quais seriam então os setores mais dinâmicos do comércio agrícola mundial e os países onde o Brasil teria condições de explorar com maior vantagem e penetrar com escala e segurança nos próximos anos?

De acordo com os dados da FAO, dos grandes complexos exportadores mundiais os que apresentaram maior dinamismo, ou seja, maior índice de crescimento no mercado internacional na década de noventa, e que, portanto, oferecem melhores perspectivas no novo contexto do comércio mundial com maior liberalização e maior crescimento da renda per capita são: vinho, lácteos, óleo de palma, frutas, carnes e soja.

Em todos esses produtos os esforços de exportação devem ser concentrados, sem esquecer logicamente os produtos em que o País já é grande e tradicional exportador, como o café, o açúcar, o suco de laranja, couros etc.

Além disso, o Brasil dispõe das

condições ideais para aproveitar um novo segmento do mercado agrícola mundial, que está crescendo de forma acelerada, principalmente nos países desenvolvidos, e que já movimenta mais de US\$ 10 bilhões ao ano: a agricultura natural ou biológica. Essa cadeia produtiva envolve produtos que vão do café aos diversos tipos de cereais e carnes. Dependendo do produto e do país, os consumidores estão dispostos a pagar premium de até 200% sobre o preço do produto comum. O Brasil dispõe do maior rebanho bovino "verde" do mundo e vários locais já produzindo produtos naturais.

Na definição dos países prioritários, vale primeiramente notar quais são atualmente os principais compradores de produtos do "agribusiness" brasileiro. Pela ordem de importância os países são os seguintes: Países Baixos, com 14,84% (US\$ 2,8 bilhões); Alemanha, com 5,11% (US\$ 963,0 milhões); Bélgica, com 4,58% (US\$ 863,6 milhões); Japão, com 4,53% (US\$ 854,2 milhões); Itália, com 3,70% (US\$ 697,7 milhões); Federação Russa, com 3,60% (US\$ 678,2 milhões); China, com 4,48% (US\$ 656,0 milhões) e a Espanha, com 3,37% (US\$ 514,7 milhões). Os demais países, nos quais se incluem os tigres asiáticos, responderam por 54,05% (US\$ 10,2 bilhões).

Como pode ser observado, somente os principais importadores da União Européia absorvem mais de 31% das exportações agrícolas brasileiras. A reunião de Seattle, todavia, mostrou que o mercado da UE ainda vai continuar por bastante tempo como um mercado de difícil acesso, notadamente para produtos não tradicionais e na escala que o Brasil deseja. De qualquer maneira, as perspectivas são boas para a expansão das exportações de frutas via promoção comercial e uma negociação eficiente com base na lei da reciprocidade pode melhorar o acesso no setor de carnes e produtos naturais.

Os EUA são competidores do Brasil, mas, por se tratar do maior mercado individual do mundo, existe ainda muito espaço para a expansão das vendas de café, com base numa estratégia agressiva de promoção comercial, e a

pressão negociadora do Brasil pode melhorar o acesso no açúcar, no suco de laranja e no tabaco. Na linha dos produtos não tradicionais, as frutas são os que oferecem as melhores perspectivas.

No contexto atual, no entanto, o mercado asiático é o que oferece as melhores perspectivas, em termos de uma expansão em alta escala das exportações do "agribusiness" brasileiro, em função de três fatores importantes: a) entrada da China na OMC; b) o Governo japonês aparentemente se convenceu de que a recuperação da economia japonesa depende de maior abertura para o comércio exterior; c) a rápida recuperação dos tigres asiáticos; d) os países da Ásia continuarão sendo os maiores importadores de alimentos do mundo e d) são países que detêm uma posição financeira externa invejável em termos de reservas, saldos em conta corrente etc.

Devido às condições saudáveis das contas públicas, da relativa folga nas transações correntes e da inexistência de um passado de indexação, os países do cinturão do Pacífico mais atingidos pela crise já estão dando sinais nítidos de recuperação, com reflexo positivo no câmbio e sem inflação. O won (moeda coreana), que no auge da crise chegou a cair 81,6%, apresenta hoje uma desvalorização de apenas 19%. Na Tailândia, onde nos momentos mais turbulentos o dólar subiu mais de 117% em relação ao baht, a desvalorização hoje não chega a 20%. No Japão, onde o dólar chegou a 146 yens, hoje a cotação gira em torno de 104 yens.

Com relação à China, que praticamente não foi atingida pela crise asiática, o fato econômico mais importante foi a sua recente entrada na OMC. Em 1998, o PIB chinês deve ter crescido mais de 7% e o saldo em conta corrente, mais de US\$ 28 bilhões (com um saldo comercial de US\$ 27 bilhões). Atualmente, o nível de reservas internacionais da China é o maior entre os países emergentes (US\$ 152,3 bilhões) seguido de Taiwan (US\$ 98,6 bilhões), Hong Kong (US\$ 89,2 bilhões), Singapura (US\$ 75,1 bilhões) e Coréia do Sul (64,7 bilhões).

Esses fatores, abrem uma ampla perspectiva de ampliação das exporta-

ções de alguns produtos-chave do “agribusiness” nacional, como bebidas (vinhos finos e cervejas), carnes, café, suco de laranja, frutas e grãos. A tendência depois da entrada na OMC é especializar-se cada vez mais em seus principais itens de exportação como brinquedos, confecções, produtos e acessórios eletrônicos pouco sofisticados, produtos esportivos e miudezas e passar a importar (em função da redução nas barreiras tarifárias e não tarifárias) produtos alimentícios mais nobres, como carnes, frutas, óleos vegetais, grãos, açúcar e algodão para abastecer o seu parque têxtil.

Dessa forma, uma atenção especial deve ser dada a esse país, tanto em termos de negociações como em termos de estratégia comercial. Com isso em mente é que os EUA continuam concedendo à China o status de nação mais favorecida, apesar do imenso déficit na balança comercial (mais de US\$ 40 bilhões no ano passado), dos problemas na implantação da lei de propriedade intelectual e das constantes violações aos direitos humanos. E, por questões de geopolítica, os chineses querem diversificar as fontes de suprimento de alimentos, atualmente muito concentradas nos Estados Unidos. O grau de presença da China no comércio internacional de alimentos, hoje, é um dos fatores que mais influem no comportamento dos mercados.

Os chineses já importam do Brasil vários produtos, destacando-se o óleo de soja. Qualquer tipo de negociação com esse país deve levar em conta dois fatores: a China continua tendo um regime político fechado com características bem definidas e as decisões econômicas, principalmente as relativas ao comércio exterior, são tomadas de forma centralizada, levando em conta principalmente a possibilidade da criação de parcerias duradouras e confiáveis.

Quanto ao Japão, as medidas macroeconômicas baseadas no aumento dos gastos públicos e na redução da taxa de juros não surtiram o efeito desejado. Aliás, esse país é o único no mundo em que os títulos do tesouro estão com taxa de juros negativa. Apesar de algum resultado positivo, tudo indica que a saída do processo recessivo (que já dura mais de 8 anos), induzido principalmente pelo subconsumo, está

na maior abertura do mercado japonês para o resto do mundo.

O consumidor japonês está saturado de produtos domésticos e deseja avidamente consumir produtos importados, de categoria superior. O governo aparentemente já está tomando consciência disso, haja vista o esforço da Japan External Trade Organization (JETRO) para aumentar as importações de alimentos e bebidas nobres.

Para o Brasil, esse aspecto é importante pois abre uma ampla perspectiva para aumentar significativamente as exportações de vinho, cerveja, carnes (principalmente bovina) e frutas para a segunda economia do mundo. Entre 1996 e 1998, por exemplo, as importações japonesas de vinho triplicaram, passando de US\$ 420 milhões para US\$ 1,4 bilhão. As de cerveja duplicaram nos últimos dois anos. As exportações totais do Brasil para o Japão (incluindo minério de ferro, alumínio e soja) chegaram a apenas US\$ 2,2 bilhões em 1998, ou seja, menos que o dobro das importações japonesas de vinho.

Apesar de grandes importadores mundiais de alimentos, apenas a China e o Japão estão entre os principais importadores de produtos agrícolas brasileiros, o que demonstra a necessidade do Governo brasileiro, junto com a iniciativa privada, desenvolver um amplo trabalho de penetração nos mercados asiáticos. Se isso não ocorrer, a recuperação das economias da Ásia será importante para o Brasil apenas pelo seu impacto positivo nos preços das commodities no mercado internacional.

4. A Terceira Macrotendência: Ênfase nos Programas Sociais e Ambientais

Na parte social, a nova tendência na agricultura é a ênfase em programas de desenvolvimento rural, diretamente relacionados com a melhoria na qualidade de vida da população rural.

Como se sabe, no tocante às políticas domésticas de suporte à agricultura, os acordos da OMC dividiram essas políticas em dois grupos: políticas permitidas, como as de apoio direto

ao desenvolvimento rural (estradas, eletrificação, educação, capacitação de mão-de-obra e alguns tipos de transferências diretas e financiamentos) e outras políticas, que afetam os preços de mercado e, portanto, são sujeitas a redução, como as políticas de suporte de preços.

Nesse ponto vale chamar a atenção para a experiência brasileira na utilização de instrumentos de apoio à agricultura.

Como se sabe, o modelo de apoio à agricultura brasileira sempre foi excessivamente concentrado em instrumentos financeiros, de curto prazo.

Em sua essência, esse modelo é baseado no modelo americano de apoio à agricultura, adotado na época do “New Deal”, na década de trinta, que buscava a paridade entre renda rural e a renda urbana, por meio da criação do “support price” e da ampliação do “farm credit system”.

Sua aplicação se dava através de aquisições diretas e de empréstimos de comercialização (“marketing loans”), e o crédito rural era executado por um sistema de bancos agrícolas de natureza privada, mas operando com forte patrocínio do setor público.

No decorrer dos anos, esses instrumentos foram se ajustando e aperfeiçoando. Entre as modificações mais importantes pode-se citar a introdução do “target price”, que embutia o controle da área plantada, as mudanças nos mecanismos de crédito para estimular a participação dos bancos comerciais e a introdução de um subsídio (diferença entre o preço suporte e o preço de mercado) para se evitar aquisições governamentais. O crédito patrocinado pelo governo, que na década de trinta era responsável pela quase totalidade da oferta de crédito formal à produção, atualmente contribui com menos de 17%.

Devido aos acordos da OMC e a alguns problemas de natureza orçamentária (ligados à dificuldade de previsão dos desembolsos), a lei agrícola de 1996 (Fair Act) passou a dar maior ênfase ao seguro agrícola e praticamente “congelou” os programas oficiais

baseados no suporte de preços, substituindo-os por pagamentos diretos ao produtor. Somente com a recente crise no mercado de commodities agrícolas os pagamentos através do “loan deficiency” voltaram a ser usados em grande escala.

A diferença fundamental entre o modelo americano e o brasileiro é que o modelo americano deu uma ênfase muito grande aos programas de desenvolvimento rural, principalmente no tocante à infra-estrutura (estradas rurais, armazéns e eletrificação rural), à educação, à pesquisa e paralelamente estimulou a criação de um amplo e sofisticado sistema multimodal de transportes para o escoamento das safras.

Por outro lado, o forte viés de curto prazo do modelo de política agrícola brasileiro contribuiu para piorar a curva de distribuição de renda no País, para, de certa forma, justificar a ausência de investimentos governamentais em infra-estrutura de apoio à produção e comercialização, tornando o setor rural extremamente vulnerável aos “swings” da política macroeconômica, que certamente são os principais responsáveis pela escala de endividamento.

A política crédito remonta ao século passado, envolvendo basicamente o café e o açúcar, mas somente foram sistematizadas na década de trinta, com a criação da Carteira de Crédito Rural e Industrial do Banco do Brasil (CREAI).

O sistema de preço suporte foi criado na década de quarenta, mas só começou a operar em escala razoável a partir de meados da década de sessenta, quando o Governo promoveu uma ampla mudança na política agrícola para aumentar a produção de grãos e diversificar e aumentar as exportações agrícolas.

As principais medidas adotadas naquela época foram a reformulação da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). No início da década de setenta também foi criada uma empresa estatal de pesquisa agropecuária (a EMBRAPA), para dar suporte

tecnológico ao sistema produtivo.

Os resultados da nova política foram imediatos. Entre 1965 e 1980 ocorreu o grande salto na direção de uma nova economia agrícola, baseada na produção de grãos, na agroindústria e ela relacionada e nas exportações, até atingir a sua atual configuração.

Nesse período, a produção de grãos dobrou, passando de 25,1 milhões de toneladas para 49,9 milhões de toneladas. O melhor desempenho ficou por conta da soja, cuja produção, em 1965, era praticamente inexistente e, em 1980, atingiu 15,1 milhões toneladas.

A estratégia de aumentar e diversificar as exportações agrícolas também deu resultados. Entre 1965 e 1980, as exportações agrícolas cresceram, em termos reais, mais de 273% e a participação do café e do açúcar, que era de 99% no primeiro ano, caiu para 39,1%. Atualmente, é inferior a 26%.

Embora a PGPM em alguns momentos tenha desempenhado um papel fundamental, principalmente na região de fronteira agrícola, o pilar de sustentação do novo modelo foi o crédito agrícola.

Entre 1965 e 1998, foram aplicados, em valores de 1997, cerca de US\$ 340 bilhões em todas as modalidades. No primeiro ano de operação do SNCR (1966), as aplicações totalizaram apenas US\$ 773,3 milhões. Nos quinze anos seguintes, a tendência foi de crescimento acentuado, tendo o volume máximo sido alcançado em 1979 (US\$ 20,4 bilhões). Em 1975 o total de crédito concedido (US\$ 17,5 bilhões) chegou a um valor equivalente a 58,9% do PIB líquido de todo o setor agropecuário (US\$ 26,9 bilhões).

Durante o período 1970 a 1985 (último ano de taxa real negativa), foram transferidos, a preços de 1997, cerca de US\$ 31,5 bilhões para a agricultura na forma de subsídios (medido pela diferença entre a inflação e a taxa de juros). A concentração dos subsídios concedidos ocorreu entre 1974 e 1983. Em 1976, 1979 e 1980, foram concedidos 43,8% do total.

O agravamento da crise fiscal do Estado brasileiro e a abertura da eco-

nomia no início dos anos noventa e a estabilização da moeda em meados da década trouxeram duas mudanças importantes na política agrícola: a redução drástica na oferta de crédito oficial e a introdução de dois instrumentos menos onerosos e menos intervencionistas para substituir os instrumentos tradicionais da Política de Garantia de Preços Mínimos: o Prêmio de Escoamento da Produção (PEP) e o Contrato de Opções.

O Prêmio de Escoamento da Produção (PEP) foi baseado no novo mecanismo do “deficiency loan”, que transfere para o produtor ou comerciante um subsídio correspondente à diferença entre o preço de mercado e o preço mínimo, evitando as problemáticas aquisições governamentais que ocorriam quando o preço de mercado ficava abaixo do preço mínimo. Como efeito do PEP, os estoques públicos, que no final da década de oitenta chegaram a atingir perto de 20 milhões de toneladas de grãos, nos últimos anos não têm ultrapassado a dois milhões de toneladas.

Em resumo, durante todo o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira, a ênfase das políticas governamentais foi em cima dos chamados instrumentos de mercado (crédito rural e política de garantia de preços mínimos) e pouca atenção foi dada à transferência dos chamados bens públicos (infra-estrutura, educação rural, pesquisa, informações etc.) para o setor agrícola.

Apesar dessas políticas governamentais terem promovido com sucesso a expansão da fronteira agrícola e a utilização da imensa base territorial brasileira na produção de grãos, isso foi conseguido com imenso custo social, na forma de desperdícios de recursos do sistema oficial de crédito (comprovado pela análise da relação entre o volume de crédito e a produção de grãos), estímulo à inflação (uso de fontes inflacionárias), concentração de renda (poucos tinham acesso ao crédito oficial), e principalmente na falta de visão estratégica com relação ao futuro.

Na verdade, a falta de ênfase na construção de boas estradas, escolas, hospitais, sistemas de comunicações, eletrificação rural e equipamentos

de apoio ao funcionamento dos mercados teve dois efeitos negativos, que contribuíram para a aceleração do fluxo migratório do campo para a cidade e cujos reflexos são sentidos atualmente com grande intensidade pela sociedade brasileira: o primeiro foi ampliar a diferença entre o padrão de vida rural e urbano, e o segundo foi elevar consideravelmente os custos de transação dos produtos agrícolas, dificultando com isso a ampliação dos mercados (doméstico e internacional) e portanto inviabilizando, na prática, o aproveitamento em maior escala do imenso potencial agrícola do País (e o que isso representa em termos de geração de empregos, divisas etc.).

Com relação ao meio ambiente, tudo indica que a conjugação do novo modelo de atuação do Estado na economia, com a crescente inserção do Brasil no mercado internacional, ao contrário do que muitos imaginam, vai acelerar o uso de métodos e formas de produção que utilizam cada vez mais tecnologias compatíveis com a preservação ambiental, dentro do sistema conhecido como “agricultura sustentável”.

Na definição mais comum, sustentabilidade é “o uso de recursos naturais e humanos de forma a garantir as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade de produção para as gerações futuras”. O seu princípio básico é o equilíbrio entre as variáveis econômicas e as variáveis ambientais. Num conceito mais amplo, são também incluídas as variáveis sociais. Dessa for-

ma, a sustentabilidade pressupõe a obtenção do desenvolvimento econômico sem depreciação dos recursos naturais e a inclusão da preservação ambiental no cálculo econômico.

Evidentemente, mesmo no longo prazo, ainda continuará sendo necessária a transferência, em larga escala, para o setor agrícola de energia na forma de combustíveis e nutrientes minerais e de produtos químicos (para controle de pragas), para atender às necessidades de crescimento da demanda mundial de alimentos.

Todavia, o surgimento de técnicas de produção que atendem às exigências de um meio ambiente mais saudável (e que podem ser usadas na produção de alimentos em larga escala), a consciência cada vez maior da sociedade de que mesmo em países com baixo coeficiente de utilização da terra agricultável como o Brasil, existem limites claros ao uso desordenado dos recursos naturais, e a pressão crescente dos consumidores por alimentos mais saudáveis, estão contribuindo decisivamente para que esse sistema de exploração (logicamente com grandes diferenças regionais ou locais) já atingiu o seu ponto de saturação.

Um exemplo disso é a utilização crescente do “plantio direto”, uma tecnologia que carrega fortes elementos de sustentabilidade, introduzida no Brasil no início da década de setenta e

somente levada a sério, como alternativa ecológica viável, em anos recentes. Em 1973, as áreas com plantio direto não chegavam a 200.000 hectares. Para 1998, a previsão é de que 7 milhões de hectares serão cultivado no sistema de plantio direto (Gráfico 2).

Ressalte-se que a aplicação crescente dos princípios da sustentabilidade está sendo conseqüência direta da crescente preocupação da sociedade com as práticas conservacionistas e da própria abertura comercial, já que os consumidores, principalmente os dos países mais avançados, estão dando um grau de atenção cada vez maior ao controle de qualidade dos produtos, notadamente em termos de poluição (uso de agrotóxicos).

As principais características da agricultura sustentável tendem a ser: a) utilização mais racional e parcimoniosa de instrumentos de curto prazo, como o crédito rural no apoio oficial à agricultura; b) agricultura mais orientada para o mercado, com a retirada crescente do governo do processo de comercialização; c) maior ênfase nos programas de desenvolvimento rural, principalmente os relacionados com infra-estrutura e educação; d) crescimento acelerado da chamada agricultura natural; e) preocupação maior com o meio ambiente e f) maior influência das variáveis que comandam o comércio internacional, nas decisões do produtor rural.

Gráfico 2

